

# Planejamento educacional no estado do Maranhão: análise das propostas para a educação básica do programa de governo de Roseana Sarney

*Educational planning in the state of Maranhão: an analysis of proposals for the  
basic education program in Roseana Sarney's government*

*Planificación de la educación en el estado de Maranhão: un análisis de las  
propuestas para la educación básica del programa de gobierno de Roseana  
Sarney*

---

JHONATAN UELSON PEREIRA SOUZA  
FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA LIMA

**Resumo:** Este trabalho analisa as propostas para a educação básica do programa de governo de Roseana Sarney, candidata vitoriosa nas eleições de 2010, à luz dos desafios identificados no âmbito de estudos e pesquisas de especialistas da área. Argumenta-se que essas propostas se configuram como espécie de “protoplanejamento” educacional assinalando as prioridades da futura política educacional. Evidencia-se, a partir da comparação entre suas propostas e os desafios educacionais maranhenses contemporâneos, que essas propostas estão aquém dos desafios identificados, bem como se depreende que a política e o planejamento educacional daí derivados estão sintonizados com as necessidades de valorização do capital.

**Palavras chave:** planejamento educacional; protoplanejamento educacional; programa de governo de Roseana Sarney.

**Abstract:** This paper analyzes the proposals for basic education in Roseana Sarney's government program in light of the challenges identified in the studies and research conducted by specialists. These proposals constitute a “proto-plan” evidencing the educational priorities for future educational policies. Matching the proposals against the educational challenges currently faced by the state of Maranhão, the study shows that the proposals fall short of the challenges. In addition, the investigation points that the consequent educational policies and planning are aligned with capitalistic needs.

**Keywords:** educational planning; educational proto-plan; Roseana Sarney government program.

**Resumen:** Este trabajo analiza las propuestas para la educación básica del programa de gobierno de Roseana Sarney, candidata elegida en 2010, a la luz de los desafíos identificados en los estudios e investigaciones seleccionados. Se argumenta que estas propuestas se configuran como una especie de “pre-planificación” educacional, evidenciando las prioridades de la futura política educacional. A partir de la comparación entre sus propuestas y los desafíos

contemporâneos de la educación en Maranhão, se evidencia que las propuestas están por debajo de los desafíos identificados, así como la política y la planificación de la educación están en sintonía con las necesidades de valorización del capital.

**Palabras clave:** planificación educativa; pre-planificación educativa; programa del gobierno de Roseana Sarney.

## INTRODUÇÃO

O término do processo eleitoral de 2010 e a posse dos eleitos em 2011 interessam aos educadores, sobretudo quanto à materialização dos discursos de campanha. É sabido que muitos dos candidatos, salvo engano a totalidade, tomaram a educação como centralidade dos seus programas de governo. Podemos considerar os programas de governo<sup>1</sup> como verdadeiros “protoplanejamentos” do que virá a ser feito nos diversos setores atualmente abrangidos pelas políticas públicas.

É importante situar-nos. Falamos de uma formação social específica, o Maranhão. E de uma determinada área de conhecimento, a educação. Portanto, nos interessa saber em que medida o programa de governo da candidata vitoriosa nas eleições de 2010, especificamente as propostas para a educação, se coadunam aos principais desafios apontados por especialistas da área. O programa de governo a ser apreciado é o de Roseana Sarney (PMDB). Os especialistas são Raposo (2004), Palhano (2008), Oliveira (2008), Pflueger (2008) e Coutinho (2010), pois na produção selecionada se propuseram a refletir sobre os problemas e desafios à política educacional do Estado do Maranhão.

A construção dessa análise foi estimulada pela afirmação de Faoro (2008, p. 37): “nós temos a tendência de não ler jornal, de não estudar os discursos, os escritos do político, de quem está no poder. A tendência que nós temos é achar que aquilo é realizado para efeito meramente eleitoral, não tendo maior significação”.

Sendo assim, os programas de governo, em geral, secundarizados, podem nos dizer muito sobre como a política educacional está sendo pensada pelos políticos. Com este entendimento, consultamos o “protoplanejamento” educacional, isto é, as propostas para a educação elencadas no programa de governo, objeto da primeira parte deste artigo. Logo em seguida, apresentamos os desafios apontados pelos especialistas, na segunda parte. A partir desse quadro nos voltamos à análise comparativa objetivando nos aproximar da resolução de

---

1 A Lei N.º 12.034, de 29 de dezembro de 2009, dentre outras mudanças no processo eleitoral, introduziu a obrigatoriedade dos postulantes de os cargos no Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) apresentarem suas propostas de governo, estimulando a realização de eventos para sua discussão. No entanto, isso não implicou o estabelecimento de punição para o caso dos eleitos não cumprirem o proposto

nossa problemática, ou seja, saber se esse programa de governo está sintonizado com os desafios educacionais identificados, objeto da última parte, evidenciando se o projeto de educação vitorioso nas eleições de 2010 (Roseana Sarney) está além ou aquém dos problemas educacionais contemporâneos.

É importante explicitar que nos respaldamos no referencial marxista na compreensão que temos do Estado (GRAMSCI, 1986; VIEIRA & ALBUQUERQUE, 2001), ou seja, o entendemos como expressão de formas contraditórias das relações de produção que se instalam na sociedade, como função ligada à lógica do capital, mas ao mesmo tempo como espaço de certa autonomia política, espaço de conflitos e disputa pela hegemonia (SHIROMA, 2007; COUTINHO, 2010a).

Em face disto a educação, materializada na política e no planejamento educacional, emerge como resposta às necessidades de valorização do capital e, ao mesmo tempo, representa uma luta (necessidade) popular efetiva pelo acesso ao conhecimento produzido socialmente (historicamente). Entendemos ainda o planejamento como elemento de mediação entre a política e a administração educacional (AGUERRONDO, 1990), daí ele ser um processo, ao mesmo tempo, político e técnico.

### “PROPLANEJAMENTO” EDUCACIONAL: as propostas para a educação no programa de governo de Roseana Sarney

A conjuntura política dos últimos 6 anos no Maranhão deixa entrever dois movimentos no que tange aos grupos políticos existentes e em disputa. Essa conjuntura, resultante inicialmente da ruptura (2003) do ex-governador José Reinaldo Carneiro Tavares com a oligarquia Sarney, foi reforçada pela vitória oposicionista nas eleições de 2006. A oposição, representada pelo candidato Jackson Lago (Partido Democrático Trabalhista-PDT/MA), foi apoiada pelo ex-governador (somente no 2º turno) e frente multipartidária denominada “Frente de Libertação”, numa espécie de reedição das tentativas anteriores de rupturas com o bloco no poder, tão característica de nossa formação política (REIS, 2007).

O grupo derrotado utilizou o expediente de contestar na justiça eleitoral os resultados da eleição, alegando compra de votos ou abuso do poder econômico. Em apoio a essa contestação judicial, manteve permanente campanha midiática sobre esse processo e contra todas as iniciativas governamentais. Ao cabo de dois anos, o Tribunal Superior Eleitoral-TSE cassa o mandato do governador Jackson Lago (falecido em 2011) e o restituiu a Roseana Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB/MA), filha do Presidente do Senado Federal, José Sarney.

Este quadro configura o entorno político da disputa nas eleições de 2010, no qual a oposição, fragilizada pelo retorno ao poder do grupo sarneista, apresentou as candidaturas de Flávio Dino (Partido Comunista do Brasil) e Jackson Lago (PDT), derrotados pela candidata Roseana Sarney (PMDB), vitoriosa por estreita maioria dos votos no primeiro turno do pleito, embalada pelo apoio massivo do presidente Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT) e de sua candidata à sucessão presidencial, Dilma Roussef (PT), também vitoriosa nas eleições.

Inicialmente vamos traçar uma exposição resumida do programa de governo para depois abordarmos especificamente as proposições da área de educação.

A candidata vitoriosa e atual governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB) já exerceu três mandatos (1995-1998/1999-2001/2009-2010) e está em curso seu quarto mandato (2011-2014). Os impactos e implicações para o Maranhão dos dois primeiros mandatos, já foram analisados de forma macro por Guilhon (2001), Barbosa (2006) e Gomes (2006), ressaltando sua vinculação ao projeto neoliberal, implementado nacionalmente durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, o caráter falacioso da modernização propalada, o desmonte da máquina estadual, o endividamento público e a precariedade dos indicadores sociais e econômicos, deles resultante. Quanto à área educacional, as análises de Coutinho (2008) e Júnior (2009) dão conta de seu viés de “desresponsabilização” do Estado no que diz respeito à educação pública, caracterizada pela expansão quantitativa do ensino fundamental, pelo abandono do ensino médio e pela baixa qualidade de ambos, comprovada por intermédio das altas taxas de abandono, repetência e reprovação. Assim, identifica-se sua política educacional como desdobramento do projeto neoliberal de educação “subordinado” e “consentido” (FRIGOTTO&CIAVATTA, 2003), submisso aos interesses do capital, abertamente apoiado pelos organismos internacionais e mediado ativamente por parcela da intelectualidade nacional a seu serviço (SILVA, 2002; MELO, 2004).

O programa da coligação “O Maranhão não pode parar”, liderada por Roseana Sarney (PMDB), é denominado “Propostas de Diretrizes para o Plano de Governo 2011 a 2014”. Está dividido em 14 partes: uma Introdução, seguida das propostas setoriais para Saúde; Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego; Segurança; Infraestrutura, Transportes e Habitação; Esportes e Juventude; Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Agrário; Meio Ambiente; Turismo e Gestão Pública.

O título e a Introdução querem demarcar a retomada da hegemonia do grupo sarneista. Caracterizam o período de ruptura, no qual estavam fora do

poder, como um momento de paralisia e retrocesso para o Estado. Seu retorno ao poder superou significativamente essa situação ao reconstruir uma gestão estadual moderna, recuperando a credibilidade do Estado perante grupos empresariais. Isto, graças a terem “retomado o equilíbrio das contas públicas” e recuperado “a capacidade de investimento do Estado” (SARNEY, 2010, p. 4).

De fato, o objetivo é imputar aos outros a responsabilidade pelo que foi feito nos dois primeiros mandatos, utilizando-se do mesmo discurso da oposição (SOUSA, 2007), em sentido inverso, ou seja, os governos do período da ruptura (José Reinaldo Tavares e Jackson Lago) é que foram responsáveis pelo desmonte da máquina administrativa, o que comprovadamente é alvitre dos mandatos anteriores de Roseana Sarney (SOUSA, 2010).

Ao assumir a paternidade dos investimentos do capital nacional e internacional, articulados para o Maranhão durante o Governo Jackson Lago (2007-2009), como pode ser comprovado no planejamento estratégico governamental daquele governo (MARANHÃO, 2008), o programa de Roseana Sarney afirma que a “reformulação e revisão das diretrizes de políticas públicas voltadas para a educação” é central em face das transformações que aqueles investimentos vão propiciar à economia estadual, ou seja, a política educacional deve estar sintonizada com as novas exigências advindas das transformações na periferia do capitalismo brasileiro, cujo destaque é a Refinaria Premium da Petrobrás. As propostas para a área de educação são as seguintes (SARNEY, 2010, p. 5-7):

- Promover a educação como política de inclusão social não discriminatória de formação para o exercício da cidadania e para o trabalho, valorizando a diversidade regional, sociocultural, étnica e de gênero;
- Implantar, nas redes públicas, em parceria com os municípios, programas e projetos voltados para a universalização do acesso ao ensino fundamental e fortalecimento da ação pedagógica;
- Estimular a ampliação da oferta de educação infantil nas redes municipais de ensino;
- Ampliar, em parceria com os municípios, os programas que objetivam a alfabetização de 100% dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental;
- Apoiar as iniciativas dos municípios voltadas para a melhoria das instalações escolares;
- Desenvolver e implantar nas redes públicas estadual e municipais de ensino programas de aperfeiçoamento da gestão escolar;
- Promover a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis da educação básica;
- Desenvolver programas voltados para a educação no meio rural, levando em conta as potencialidades agrícolas e pesqueiras, observadas as peculiaridades geoeconômicas;
- Apoiar os municípios na oferta de transporte escolar;
- Implantar, na rede pública estadual de ensino, programas destinados à correção de fluxo, redução da evasão, abandono e repetência, bem como ao aumento do

- rendimento escolar, disponibilizando-os, também, aos municípios;
- Dar continuidade ao programa de ampliação, equipamento, reequipamento e recuperação da rede física escolar;
  - Ampliar a oferta de vagas no ensino médio;
  - Implantar “escolas em tempo integral” no ensino médio e educação profissional;
  - Estimular e apoiar os municípios para a implantação de escolas “em tempo integral” na educação infantil e ensino fundamental;
  - Incentivar a participação da família na escola;
  - Implantar, em articulação com os municípios, programa de valorização e qualificação, garantindo a formação inicial dos professores das redes públicas municipais;
  - Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado;
  - Expandir a rede de centros de educação profissional, na cidade e no campo, em compatibilidade com as potencialidades econômicas do Estado e dos municípios, levando em conta as exigências do mercado de trabalho;
  - Ampliar a rede de bibliotecas Farol da Educação;
  - Formalizar parceria com o Governo Federal e com os municípios em programas destinados à alfabetização de jovens e adultos;
  - Aumentar a oferta de vagas escolares destinadas a pessoas com deficiência;
  - Implantar e incentivar programas e projetos escolares voltados para o esporte, cultura, meio ambiente, cidadania e desenvolvimento econômico-social;
  - Estabelecer articulação e parcerias com universidades públicas e privadas para o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais.

A proposta de Roseana Sarney reafirma questões já consagradas tanto no âmbito macro (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) quanto micro (Constituição Estadual de 1989) no que tange à educação ser voltada para a cidadania e para o trabalho. Além disto, suas propostas, majoritariamente, versam sobre o incentivo de ações nos e pelos municípios, sobretudo na educação infantil e no ensino fundamental. As ações são enfeixadas sob a denominação de “programas e projetos”, abrangendo a ampliação da oferta de educação infantil, a universalização do ensino fundamental, a alfabetização dos alunos no 1º ano do ensino fundamental, a melhoria das instalações físicas, o transporte escolar, escolas de tempo integral e formação de professores.

Outro bloco das propostas se refere a ações que serão desenvolvidas tanto na rede estadual quanto nas redes municipais, dizendo respeito ao aperfeiçoamento da gestão escolar, à correção do fluxo e à redução da evasão, do abandono e da repetência. Um terceiro bloco diz respeito a propostas gerais, quais sejam: a qualidade do ensino em todos os níveis, a educação no meio rural e o incentivo à participação da família na escola. Por último, temos as proposições mais atinentes

à responsabilidade direta do Governo Estadual<sup>2</sup>, sendo: ampliação da oferta do ensino médio, implantação de “escolas em tempo integral” no ensino médio e na educação profissional e o desenvolvimento de programas de remuneração dos gestores, professores e especialistas da rede pública estadual de ensino.

Em lugar algum do programa de governo da candidata Roseana Sarney se explica como ele foi elaborado, diferentemente, por exemplo, dos programas dos candidatos da oposição (DINO, 2010; LAGO, 2010). Além disto, o programa não representa mudança na ênfase aos “grandes projetos” característicos dos modelos de desenvolvimento adotados até agora. Portanto, continua referido à manutenção da acumulação capitalista, isto é, à continuidade do enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade de classes (BARBOSA, 2006).

## DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS NO ESTADO DO MARANHÃO: pontos convergentes

O primeiro texto identificado em pesquisa bibliográfica que atendeu ao critério de refletir sobre os desafios atinentes à educação básica pública foi o de Raposo (2004), à época professora da Universidade Federal do Maranhão-UFMA/ Programa de Pós-Graduação em Educação e atualmente aposentada. A autora também foi Secretária de Estado da Educação no governo Edson Lobão (1991-1994), um dos principais expoentes da oligarquia, senador e ministro das Minas e Energia desde o Governo Lula da Silva. O referido texto foi desenvolvido como subsídio para o Programa de Melhoria do Ensino-PME do Governo Estadual em 2003, já sob o comando do governador José Reinaldo Carneiro Tavares, no período de ruptura.

O trabalho foi elaborado com base nos indicadores oficiais, coletados e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP do Ministério da Educação-MEC. Analisando a expansão e o desempenho do sistema de ensino, são elencados oito problemas: 1. Universalização do ensino fundamental, 2. Expansão do ensino médio, 3. Analfabetismo, 4. Desempenho do sistema (qualidade), 5. Desvalorização da profissão docente (formação), 6. Retomada do planejamento na escola, 7. Descaso com a aprendizagem da leitura e da escrita, 8. Gestão escolar e 9. Precariedade dos órgãos municipais de ensino (RAPOSO, 2004, p. 23).

Raposo (2004) aborda quatro problemas ainda sem soluções no âmbito da educação maranhense. O primeiro está ligado à universalização do ensino fundamental. Ainda que o último Censo da Educação Básica (BRASIL, 2010)

---

2 Cf. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394/1996), Art. 10, inciso VI

aponte para um percentual de atendimento de 107% da população de 6 a 14 anos, fica claro, pela taxa de distorção idade-série do Maranhão, que o problema ainda não foi resolvido, pois o dado mais atualizado indica uma taxa total de 30,5%, destacando-se o péssimo indicador da rede estadual (28,1%) e municipal (33,1%).

O segundo problema é a questão do ensino médio, problema que a autora aborda em termos de expansão, não de universalização, como no ensino fundamental. O Maranhão só atende 76% da população de 15 a 17 anos em 2010, sendo que a rede estadual responde por 88% das matrículas. Quando a autora publicou esse texto, o percentual de atendimento não chegava a 50%, causando no mínimo estranheza não ter estabelecido a universalização como desafio.

O terceiro problema é o analfabetismo. Mais de 40 anos executando programas de alfabetização, nacionais e eventualmente alguns estaduais, nunca conseguimos reduzi-lo de forma significativa ou sequer aproximarmos do analfabetismo zero. Apenas a título de exemplo, países como a Venezuela, em espaço de tempo relativamente curto, alcançaram o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO, como território livre do analfabetismo. No caso maranhense, o analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 44,8% (2001) para 31,7% (2009), permanecendo um dos maiores percentuais no país, bem acima da média nacional e regional no mesmo período (SOUSA, 2012).

A autora estabelece, nesse campo, atuação prioritária quanto ao analfabetismo adulto, pois considera que o analfabetismo de jovens experimenta importante cobertura pela expansão da modalidade de educação de jovens e adultos e o analfabetismo de idosos experimenta uma redução natural via óbitos (RAPOSO, 2004, p.13).

O quarto problema diz respeito ao desempenho do sistema, está relacionado à qualidade. Como observado pela taxa de distorção idade-série, já apresentada para o ensino fundamental, a situação é muito grave. O mesmo se pode dizer da taxa de distorção no ensino médio, 50,3% na rede estadual. O rendimento não é dos mais animadores, a taxa de abandono no ensino médio é de 14,7% (2010).

Infere-se que o enfrentamento desses problemas, segundo Raposo (2004), passa pela valorização da profissão docente (formação), retomada do planejamento escolar, foco na melhoria do aprendizado de leitura e escrita, bem como a melhoria da gestão educacional escolar e municipal. A superação dos problemas se concentra em medidas voltadas para a formação docente e melhoria da gestão escolar. Nada se fala quanto à carreira e remuneração docente. De fato, a remuneração paga aos professores e professoras no Maranhão melhorou significativamente desde o início da vigência do Fundef (CAMARGO *et all*, 2009).

Isto não significa que a carreira de fato exista na sua normalidade institucional com as regulares progressões, promoções, licenças remuneradas para estudo, dentre outros direitos. O ato de promover um professor ou professora é tão raro que quando ocorre se faz um grande evento público, no qual o governante de turno faz questão de ressaltar seu trabalho de valorização dos professores com alarde enquanto, de fato, trata-se do cumprimento de uma exigência legal e de um direito estatutário.

A gestão escolar é traduzida na figura do diretor escolar. Segundo Raposo (2004) o diretor está sobrecarregado das funções administrativas e extracurriculares, secundarizando o acompanhamento da implementação do currículo escolar. Some-se a isto a irrisória remuneração dos cargos de direção de escola e a prevalência de critérios eminentemente apolíticos para a nomeação, desconsiderando competência, liderança e até o domínio da escrita. Neste sentido, o Governo Jackson Lago (2007-2009) reestruturou a carreira dos diretores escolares estabelecendo uma remuneração condigna ao exercício dessa função; a reestruturação da carreira seria completada com o estabelecimento de novos critérios para a escolha dos diretores, combinando processo eletivo e seleção técnica. Esta segunda dimensão não pôde ser completada devido à interrupção do governo e a alguns equívocos na condução da política educacional por parte do Secretário de Educação à época.

A gestão educacional municipal implica superar a precariedade da estruturação dos órgãos municipais de educação, a quase inexistência de acompanhamento sistemático do trabalho das escolas e o funcionamento de uma assistência técnica espasmódica e limitada (RAPOSO, 2004, p. 22). A assistência técnica aos municípios experimentou uma melhora significativa no período em que uma Assessoria Especial formada por ampla equipe de educadores e educadoras, vinculada à Casa Civil, fez um trabalho focado neste sentido. Este trabalho foi iniciado no Governo José Reinaldo e continuado até o final do Governo Jackson Lago. Tal Assessoria teve papel ativo na implementação dos instrumentos de planejamento municipal derivados do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE (2007), do Ministério da Educação. Entretanto, é importante frisar que essa institucionalidade funcionou fora da Secretaria de Estado da Educação, paralela à burocracia lá existente, sabidamente ineficiente, inoperante ou com boa vontade, mas sem margem de autonomia para agir.

O segundo texto foi elaborado por Palhano (2008), professor aposentado da UFMA. Foi Secretário Municipal de Educação de Caxias-MA, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME/MA e integrou a diretoria da UNDIME Nacional. O texto foi escrito quando exercia o cargo de Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos

e Cartográficos-IMESC, ligado à Secretaria de Estado do Planejamento, no Governo Jackson Lago. Atualmente o autor é Presidente de uma organização não-governamental denominada Escola de Formação de Governantes, integrante da Rede de Escolas de Governo, fundada por Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides.

Este autor também se baseia nos dados do INEP/MEC, somados a sua experiência como Secretário Municipal de Educação nos anos 1990 e de uma das principais lideranças da UNDIME no mesmo período. Explicita o enfrentamento de quatro desafios prioritários: 1. Universalização do acesso ao ensino básico de qualidade (superando as dicotomias escolas estaduais x escolas municipais, ensino urbano x ensino rural, padrão da capital x padrão dos demais municípios), 2. Qualidade da gestão educacional, 3. Financiamento público para a educação (reduzir os gastos com folha de pessoal) e 4. Formação do educador (PALHANO, 2008, p. 12).

O autor aponta a necessidade de universalizar toda a educação básica, não só o ensino fundamental, como assinalou Raposo (2004). Esta necessidade fica evidente pelos indicadores do ensino fundamental e médio e, mais clara ainda, quando se fala em educação infantil. O Maranhão só atendia 10% das crianças de 0 a 3 anos que demandavam creche e 33% das crianças de 4 e 5 anos que buscavam pré-escola no ano de 2010 (SOUSA, 2012). É bastante provável que isto seja resultado da ação concentrada na expansão quantitativa do ensino fundamental feita pelos governos que se sucederam na década de 1990 e início dos anos 2000, os quais relegaram a educação infantil e o ensino médio.

A universalização assinalada por Palhano (2008) demanda a superação das dicotomias qualitativas, ou seja, a oferta de uma educação de qualidade tanto nas escolas estaduais, quanto nas escolas municipais, tanto na zona urbana, quanto na zona rural, tanto na capital, quanto nos municípios do continente. Com isto, o autor pensa uma universalização mais profunda que a mera expansão quantitativa para toda a faixa etária demandante, sujeito do direito à educação.

Os problemas da gestão e da formação do educador também estão presentes. Entretanto, o autor fala de qualidade da gestão educacional, indicando a baixa institucionalidade e profissionalização das Secretarias Estadual e Municipais de Educação. Para ele, isto resulta em carências e má utilização de recursos em geral, falta ou inadequação de planejamento, gestão e programação pedagógica e administrativa; “e ainda um forte assédio dos interesses imediatistas da política dominante” (PALHANO, 2008, p. 12).

Outro elemento diferenciador de sua abordagem da gestão é a referência ao financiamento público, assinalando a necessidade de reduzir os gastos com a folha de pessoal. Ainda aqui não temos uma preocupação com a carreira e

remuneração. O autor está atento aos imperativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e às possíveis distorções na folha de pessoal, despesa que compromete quase 90% do orçamento da educação, sobrando “apenas algo entre 10 e 11% para as demais despesas de manutenção e desenvolvimento” (PALHANO, 2008, p. 13).

A formação do educador é uma problemática abordada sob dois aspectos: a formação, similarmente a Raposo (2004) e a qualidade. O problema central é o número significativo de professores sem nível superior atuando nos sistemas públicos. Apesar de existirem esforços que perfazem mais de uma década, como os dois programas de formação docente das universidades públicas estadual (PROCAD) e federal (PROEB), somados aos novos esforços da política nacional de formação de professores, como a Plataforma Freire, ainda temos um enorme percentual de profissionais sem nível superior. Esta situação é quase residual no Ensino Médio, mas atinge boa parte das funções docentes no Ensino Fundamental (58,4% sem nível superior) e na Educação Infantil no Maranhão (76% sem nível superior atuando na Pré-Escola e 78% sem nível superior atuando na Creche), conforme dados do último censo (BRASIL, 2010).

A qualidade do educador é entendida como investimento prioritário no professor e nas suas condições de trabalho, tendo como objetivo principal a garantia do direito de aprender de cada um dos estudantes; fortemente prejudicado pela desatenção ou déficit de atenção e pela existência de um ambiente emocional de aula fragilmente constituído, contribuindo, assim, para o não envolvimento dos estudantes e para a separação crescente entre os planos do sentir e do pensar (PALHANO, 2008, p. 17). O autor abre uma discussão mais complexa e ignorada nas abordagens dos demais especialistas: será que no processo de formação docente a subjetividade do estudante é considerada ou é esquecida em nome de uma cada vez mais exigente objetividade do saber? Eis um campo ainda bastante fecundo e pouco explorado para os estudos e pesquisas em educação.

O terceiro texto é uma publicação conjunta, reunindo as reflexões de Oliveira (2008) e Pflueger (2008). O primeiro é o atual Reitor da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, nomeado inicialmente por José Reinaldo Carneiro Tavares em 2005, eleito em 2007, reeleito em 2010 e nomeado por Roseana Sarney para um inédito terceiro mandato. A segunda foi Chefe da Assessoria Especial do Governador durante o governo Jackson Lago, Secretária Municipal de Educação de São Luís e é professora aposentada da UFMA.

O diagnóstico dos dois converge, pois os textos foram produzidos no âmbito da Conferência Estadual de Educação (2007), vinculada à mobilização da Conferência Nacional de Educação e ao debate sobre um Sistema Estadual de Educação. Porém, diferentemente de Raposo (2004) e Palhano (2008), não

respaldam suas afirmações nos indicadores educacionais. Ambos apontam como problemas a serem superados: 1. Desarticulação dos sistemas educacionais (educação básica x ensino universitário; educação estadual x educação municipal); 2. Descontinuidade das políticas públicas; 3. Fragmentação das propostas e projetos pedagógicos; 4. Indefinição de uma política pública integrada de educação; 5. Formação de professores e 6. Alfabetização (OLIVEIRA, 2008, p. 9; PFLUEGER, 2008, p. 18).

O problema central, sobretudo pelo contexto de produção do trabalho, é o Sistema Educacional. Enquanto Raposo (2004) explicita os problemas globais sem entrar diretamente no mérito na articulação e constituição dos sistemas municipais de ensino, convergindo e integrando um sistema estadual, Oliveira (2008) e Pflueger (2008) contribuem com esse ponto de vista novo em relação aos especialistas até aqui apreciados. Movem o ponteiro: a questão não é tanto o que fazer, mas o como fazer. Sem a construção de um Sistema de Educação que some os esforços de todas as redes, argumentam, é mais difícil superar a descontinuidade, a fragmentação e a indefinição das políticas públicas de educação, as quais são incapazes de resolver efetivamente as deficiências em termos de formação de professores e o reiterado analfabetismo maranhense.

O quarto texto foi produzido por Coutinho (2010b), sendo o mais atual. Ela é professora da UFMA/Programa de Pós-graduação em Educação e coordena o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA no Maranhão. Similarmente a Raposo (2004) e Palhano (2008), respalda-se nos indicadores educacionais para refletir sobre os problemas da educação no Estado que, segundo ela, a despeito das “mudanças” no cenário político dos últimos 20 anos, continuam os mesmos, sobretudo: 1. Analfabetismo, 2. Distorção idade/série; 3. Reprovação e abandono e 4. Baixa qualidade da educação na zona rural. Tais problemas seriam frutos da contradição entre uma educação entendida como mercadoria prevalecente sobre a educação para a formação humana (COUTINHO, 2010b).

A autora aponta os principais nós da educação maranhense; também apontados pelos autores até aqui analisados. O principal destaque é a problemática da educação na zona rural, onde o analfabetismo, a distorção idade/série, a reprovação, o abandono e a baixa qualidade são duplamente mais graves que na área urbana. Esta percepção, reforçada pelo contato direto com a realidade do campo maranhense, obra da experiência e reflexão intelectual da autora, evidenciam uma questão em aberto, apenas levemente pincelada por Palhano (2008). Claramente a autora aponta os problemas de desempenho do sistema, os quais persistem a despeito da crescente democratização do acesso que, perante o desempenho, termina por ser inócua.

Em face dos desafios até agora delineados podemos sistematizar os pontos convergentes, buscando uma síntese para embasar nossa análise comparativa, quais sejam:

- a) Universalização do acesso a educação básica
- b) Melhoria da qualidade do ensino
- c) Planejamento e gestão educacional e escolar no nível estadual e municipal
- d) Formação de professores
- e) Analfabetismo

Feito isso, passemos à comparação entre os desafios convergentes junto às propostas educacionais dos candidatos, alocados por indução-dedução, conforme o quadro:

DESAFIOS	PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO - ROSEANA SARNEY
<p><b>Universalização do acesso a educação básica</b></p> <p>RAPOSO (2004) Universalização do ensino fundamental Expansão do ensino médio</p> <p>PALHANO (2008) Universalização do acesso ao ensino básico de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular a ampliação da oferta de educação infantil nas redes municipais de ensino;</li> <li>- Ampliar a oferta de vagas no ensino médio;</li> <li>- Implantar, nas redes públicas, em parceria com os municípios, programas e projetos voltados para a universalização do acesso ao ensino fundamental e fortalecimento da ação pedagógica;</li> <li>- Aumentar a oferta de vagas escolares destinadas a pessoas com deficiência.</li> <li>- Implantar “escolas em tempo integral” no ensino médio e educação profissional;</li> <li>- Estimular e apoiar os municípios para a implantação de escolas “em tempo integral” na educação infantil e ensino fundamental;</li> <li>- Expandir a rede de educação profissional, na cidade e no campo, em compatibilidade com as potencialidades econômicas do Estado e dos municípios, levando em conta as exigências do mercado de trabalho;</li> </ul>
<p><b>Melhoria da qualidade do ensino</b></p> <p>RAPOSO (2004) Desempenho do sistema (qualidade); Descaso com a aprendizagem da leitura e da escrita</p> <p>COUTINHO (2010b) Distorção idade/série; Reprovação e abandono; Baixa qualidade da educação na zona rural</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar, na rede pública estadual de ensino, programas destinados à correção de fluxo, redução da evasão, abandono e repetência, bem como ao aumento do rendimento escolar, disponibilizando-os, também, aos municípios;</li> <li>- Promover a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis da educação básica.</li> </ul>

### **Planejamento e gestão educacional e escolar no nível estadual e municipal**

RAPOSO (2004) Retomada do planejamento na escola; Gestão escolar; Precariedade dos órgãos municipais de ensino

PALHANO (2008) Qualidade da gestão educacional; Financiamento público para a educação

OLIVEIRA (2008); PFLUEGER (2008) Desarticulação dos sistemas educacionais; Descontinuidade das políticas públicas; Fragmentação das propostas e projetos pedagógicos; Indefinição de uma política pública integrada de educação

- Desenvolver e implantar nas redes públicas estadual e municipais de ensino programas de aperfeiçoamento da gestão escolar;
- Incentivar a participação da família na escola;
- Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado;
- Apoiar as iniciativas dos municípios voltadas para a melhoria das instalações escolares;
- Dar continuidade ao programa de ampliação, equipamento, reequipamento e recuperação da rede física escolar.

### **Formação de professores**

RAPOSO (2004)  
Desvalorização da profissão docente (formação)

PALHANO (2008)  
Formação do educador

OLIVEIRA (2008); PFLUEGER (2008)  
Formação de professores

- Implantar, em articulação com os municípios, programa de valorização e qualificação, garantindo a formação inicial dos professores das redes públicas municipais;
- Garantir aos gestores escolares, professores e especialistas do sistema estadual programa de remuneração que premie a formação continuada, a competência, o tempo de serviço, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa, o mestrado e doutorado.

### **Analfabetismo**

RAPOSO (2004)  
Analfabetismo

OLIVEIRA (2008); PFLUEGER (2008)  
Analfabetismo

COUTINHO (2010b)  
Analfabetismo

- Ampliar, em parceria com os municípios, os programas que objetivam a alfabetização de 100% dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental;
- Formalizar parceria com o Governo Federal e com os municípios em programas destinados à alfabetização de jovens e adultos.

## **ANÁLISE COMPARATIVA DAS PROPOSTAS EM FACE DOS DESAFIOS CONVERGENTES**

Uma análise comparativa permite observar, no que tange ao desafio da universalização da educação básica, a pouca sintonia da proposta de Roseana

Sarney com o argumentado pelos autores, pois não considera todos os níveis e modalidades, bem como ignora que a universalização do ensino fundamental demanda consolidação (PALHANO, 2008, p. 11), e o ensino médio, mais que expansão (RAPOSO, 2004), demanda universalização. Some-se a isto que a educação profissional não está vinculada ao ensino médio.

Não obstante a proposta de Roseana Sarney trazer a ampliação da educação infantil, isso não deve ser visto como algo excepcional, pois a tendência nos mandatos anteriores foi a “desresponsabilização” quanto à educação infantil, pactuada junto aos municípios (LOPES, 2008). Mais que expandir, trata-se de universalizar a educação infantil e para tal é imperiosa a ação coordenadora do Governo do Estado.

A melhoria da qualidade do ensino é objeto de proposições muito genéricas. Não existe explicitação do que se entende por qualidade (DOURADO, 2007). Sua visão se restringe aos indicadores educacionais, omitindo-se o “como” se pretende alcançar a qualidade, bem como as dimensões extra-escolares e intra-escolares que lhes são intrínsecas. As dificuldades no campo da aprendizagem de leitura e escrita, bem como a baixa qualidade da educação ofertada na zona rural, não são mencionadas. Há uma preferência, como se disse, por uma abordagem generalista da qualidade.

Acresce-se que não se discute a problemática das dicotomias, isto é, as distâncias entre a educação das escolas municipais e a das escolas estaduais (PALHANO, 2008; OLIVEIRA, 2008, PFLUEGER, 2008) ou entre o ensino na zona urbana e o ensino na zona rural (PALHANO, 2008; COUTINHO, 2010b). O desafio da educação do campo é mencionado apenas na perspectiva economicista, quando se propõe a desenvolver programas para a “educação no meio rural” com o objetivo de vinculá-la ao mercado. No entanto, é notório que, durante seus mandatos anteriores, a educação do campo foi relegada (COUTINHO, 2008, p. 289).

Quanto ao planejamento e a gestão educacional e escolar, as propostas de Roseana Sarney continuam genéricas e distantes dos desafios elencados pelos especialistas. Enquanto todos os especialistas apontam para a séria problemática do planejamento, da gestão e do financiamento da educação, espalhada em todos os sistemas, das escolas às Secretarias, a proposta da candidata se concentra na gestão escolar, na construção de escolas e num vago incentivo à participação das famílias. É como se educação fosse resolvível com argamassa e tijolos.

O debate realizado no país sobre a construção de um Sistema Nacional de Educação e os problemas estruturais agravados pela inexistência de um Sistema de Educação no Estado não foram levados em conta. A educação é reduzida à escola, não há sistema. O pensamento das macroestruturas é substituído pelo das

microestruturas. A educação em sentido amplo se vê toldada pela escola isolada (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 178).

É importante destacar que não se fala da direção escolar, um dos elementos fundamentais da gestão escolar. Nada se promete quanto ao processo de escolha e nomeação de diretores escolares, seara que poderia não gerar dividendos eleitorais caso fosse cogitada alguma alteração, pois a atual forma de nomeações apolíticas e sem competência técnico-profissional é usualmente incorporada nos acordos e alianças em prol da vitória nas eleições.

Como arguido pelos especialistas, notadamente Raposo (2004) e Palhano (2008), existem graves problemas de planejamento e gestão retratados na precariedade institucional e administrativa de escolas e Secretarias Municipais de Educação. Parece-nos que são abrumados pelo impreciso “aperfeiçoamento da gestão escolar”, reduzindo a complexidade da educação ao nível mais elementar e tratando de forma indistinta planejamento e gestão da educação, planejamento e gestão escolar.

A articulação entre as redes (estadual e municipais) na construção e implementação de uma política pública de educação integrada não está contemplada na proposta, a despeito de ser um debate bastante antigo no âmbito dos estudos e pesquisas em educação. Além disto, este assunto esteve na pauta nacional no período eleitoral, sobretudo pela atuação e recentidade da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Infere-se que nada disso influenciou os elaboradores do programa de governo.

Ainda no campo do planejamento e gestão, dois pontos são ilustrativos: o plano de carreira e remuneração dos educadores e o Plano Estadual de Educação.

Quanto ao primeiro, a candidata acentua “programa de remuneração”, isto é, não se trata nem de plano nem de estatuto, este último é o termo empregado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão-SINPROESEMMA<sup>3</sup> e parte da atual campanha de valorização dos trabalhadores na educação. Além disto, o aludido “programa de remuneração” abrange apenas os professores, os gestores e os especialistas da educação, deixando de fora os demais trabalhadores (vigias, merendeiras etc.), ao arremido das modificações recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ampliaram o conceito de profissionais da educação.

Ainda no campo dos professores, fala-se na garantia de reconhecimento das titulações obtidas, tais como graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. A proposta não compreende que mestrado e doutorado fazem parte da pós-graduação, evidenciando desconhecimento do funcionamento da

---

3 Disponível em <http://www.sinproessemma.org.br/>.

educação superior nacional. Ponto mais relevante é que essa garantia prometida já é assegurada legalmente, tanto pelo Estatuto do Magistério, quanto pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão. O problema real é efetivar essa garantia e torná-la condigna ao esforço despendido pelo professor e professora em cursos de pós-graduação. Atualmente, essas titulações não são cumulativas e equivalem a percentuais irrisórios sobre o salário base, este é sabidamente rebaixado em nome da manutenção do sistema de gratificações. Assim, um curso de especialização equivale a 15% de acréscimo, 20% para Mestrado e 25% para Doutorado. Na medida em que se avança nas titulações, deve-se optar pela mais alta.

Outro elemento ilustrativo diz respeito à proposição de um Plano Estadual de Educação, plano este previsto na Constituição Estadual de 1989, mas nunca cumprido por nenhum governo estadual desde então<sup>4</sup>. Ignora-se que já foi realizada a Conferência Estadual de Educação (2007/2008), cujos trabalhos ficaram pendentes, demandando-se a sistematização das propostas discutidas, nova rodada de debates em face do projeto de lei do Plano Nacional de Educação e posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa. A candidata Roseana Sarney não menciona o Plano Estadual, praticamente desconhecendo todas as discussões travadas tanto em âmbito estadual quanto nacional sobre o tema.

A formação de professores é abalada enquanto apoio à qualificação dos professores das redes municipais. A última Sinopse do Professor (2009) no INEP/MEC, ilustrativamente, indica que existem 757 professores com escolaridade de nível fundamental e 79.250 com escolaridade de nível médio atuando no Ensino Fundamental, além de 6.160 professores com escolaridade de nível médio atuando no Ensino Médio, a maioria na rede estadual, ou seja, a carência por qualificação em nível superior não foi superada nesta rede. Também não são considerados os programas de formação de professores em andamento desde meados dos anos 1990, tanto na UEMA como na UFMA.

A candidata se propõe a enfrentar o analfabetismo atuando por intermédio dos programas federais em parceria com os municípios. Cremos que, aqui, pode-se evidenciar com clareza a descontinuidade das políticas educacionais (RAPOSO, 2004; OLIVEIRA, 2008; PFLUEGER, 2008). O Plano Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos-PAEMA estava em implementação, tendo sido elaborado de forma participativa durante o Governo Jackson Lago,

---

4 Levantamento do Observatório da Educação, da ONG Ação Educativa, atesta isso. Porém a alegação do atual governo (Roseana Sarney) é que não houve encaminhamento devido à mudança de governo (cassação de Jackson Lago em 2009). Ora, essa determinação é constitucional e deveria ter sido cumprida há 23 anos! Assim, deveria ter sido cumprida desde os primeiros mandatos da hoje governadora. A ANPAE-MA está elaborando um documento a este respeito, fazendo um balanço da ausência de planejamento educacional no Estado, nessas duas décadas.

alinhavando inúmeras outras iniciativas, de âmbito federal e municipal, com consultoria técnica da educadora Célia Linhares e equipe do Instituto Paulo Freire (LINHARES & LEITE, 2009). A candidata não menciona esse Plano, talvez por ter sido feito no governo de seu opositor. Estudos recentes atestam que, apesar da melhoria relativa desse indicador, o Maranhão continua ocupando as piores posições (IPEA, 2009).

Não é crível que um problema de tal envergadura possa ser solucionado por ação indireta do Governo do Estado. A descontinuidade do PAEMA foi extremamente danosa para a solução do problema do analfabetismo no Maranhão. Até o final do Governo Jackson Lago (2009), o programa conseguiu alfabetizar 53.199 maranhenses (MARANHÃO, 2010). Fica claro que, no Maranhão, ainda não ultrapassamos as políticas de Governo, ainda estamos distantes da construção de políticas de Estado no campo da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível chegarmos a alguns denominadores comuns. Inicialmente, percebe-se que as propostas para educação existentes no programa de governo evidenciam as prioridades estabelecidas pela candidata quanto a sua futura política educacional.

Em face disto, entende-se que a preocupação maior está em realizar ações por intermédio dos municípios no âmbito do ensino fundamental do que atender à crescente demanda por ensino médio, responsabilidade legal maior do Governo estadual. Some-se a isto o fato de as propostas se aterem a afirmações genéricas, indicando assim descompromisso com o estabelecimento de metas ou objetivos mais especificados, que possibilitariam maior controle social por parte da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

A educação no programa de governo está mais próxima da agenda do capital que da agenda dos trabalhadores na educação; afirma-se constantemente a vinculação às demandas do mercado potencializadas pelos novos “grandes projetos” em instalação no Estado, o que não representa qualquer ruptura com as formas de relacionamento até hoje existentes entre a oligarquia e o capital.

Por fim, nos é claro que a proposta da candidata Roseana Sarney, vitoriosa nas eleições de 2010, está aquém dos desafios apontados pela maioria dos especialistas. O conteúdo de sua proposta está distante da problemática levantada no âmbito dos desafios identificados, pois não prevê o enfrentamento do problema da universalização do acesso ao ensino básico, é inespecífica quanto à melhoria da qualidade da educação, adota uma visão microscópica da educação, ignorando a necessidade de articulação das redes públicas, com a constituição

de um Sistema Estadual de Educação, bem como a formulação de um Plano Estadual de Educação. Em linhas gerais, os graves problemas de planejamento, gestão e financiamento da educação pública como um todo se veem preteridos pelo incerto aperfeiçoamento da gestão escolar.

Além disso, a efetivação de um plano de remuneração e carreira dos profissionais da educação é deslocada em nome de um impreciso “programa de remuneração”, reiterando garantias já legalmente existentes. Ainda neste campo, a baixa qualificação dos professores em nível superior é contemplada apenas sob a ótica municipal, esquecendo-se da significativa demanda da própria rede estadual nesse campo.

Passados dois anos do Governo Roseana Sarney, é possível observar que o quadro configurado no “protoplanejamento” educacional por nós analisado, de certa forma, se confirma na ténue política educacional em andamento. A Secretaria de Educação já teve quatro titulares, nenhum deles desenvolveu qualquer iniciativa mais global no âmbito da política educacional.

O plano de carreira e remuneração dos professores, atualmente denominado Estatuto do Educador se arrasta na mesa de negociações entre o Sindicato e o Governo, sem sinais de um acordo. O planejamento educacional só é lembrado em uma pequena propaganda no site da Secretaria, onde se lê a data de início e fim do período letivo, ou seja, o planejamento é no máximo fixar o calendário escolar.

Está em andamento uma acelerada política de municipalização do ensino fundamental, transferindo em ritmo frenético as escolas de ensino fundamental para os municípios e fechando escolas de ensino médio. Muitos municípios têm alegado incapacidade de gestão para assumir as antigas escolas estaduais, evidenciando equívocos na condução dessa municipalização tardia.

A Secretaria de Educação firmou uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, cujo trabalho é propagandeado como uma revolução educacional em gestação. As ações têm se concentrado na organização interna da Secretaria, atuando em quatro dimensões: gestão educacional, formação, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura. O tempo nos dará mais elementos para avaliar essa iniciativa. É possível perceber certa intransparência nos trabalhos, pois o site montado especificamente para essa parceria está desatualizado e não disponibiliza toda a produção técnica desenvolvida, contrariamente ao que é anunciado na imprensa local.

Neste momento, educadores e educadoras, membros da sociedade civil e movimentos sociais, têm ensaiado uma renovada mobilização, em prol de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. A mobilização está voltada para a denúncia dos problemas específicos da realidade

educacional maranhense e o anúncio de uma agenda educacional efetivamente popular e centrada na superação desses problemas. Temos muito trabalho pela frente para contribuir com a mudança dessa situação e o delineamento de cenários mais favoráveis e fecundos para a educação no Maranhão. Talvez a reativação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública seja a culminância dessa mobilização e possa contribuir com a rearticulação de um movimento mais consistente, contando com o apoio concreto da seção estadual da Anpae.

## REFERÊNCIAS

AGUERRONDO, Ines. *El planeamiento educativo como instrumento de cambio: materiales para su re-conceptualización*. Buenos Aires: Troquel, 1990.

BARBOSA, Zuelene Muniz. *Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: Editora UEMA, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse do Professor 2009*.

\_\_\_\_\_. *Censo da Educação Básica 2010*.

CAMARGO, Rubens Barbosa de, GOUVEIA, Andréa Barbosa, GIL, Juca, MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. *RBPÆ*, Porto Alegre, vol. 25, n. 2, p. 341-363, mai./ago. 2009.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. *Políticas Educacionais e ONGs*. São Luís: Edufma, 2008.

\_\_\_\_\_. *A política educacional no Brasil entre 1964 e 2009: do autoritarismo triunfante à perspectiva de democratização e ao controle do mercado*. São Luís: PPGE/UFMA. Mimeo. 2010a.

\_\_\_\_\_. *Estado e sociedade: a educação pública brasileira em questão*. IV Encontro de educadores do Maranhão - Estado e sociedade: a educação pública brasileira em questão: programa e trabalhos completos/II Colóquio Internacional de Educação/I Seminário sobre Educação Infantil. São Luís: Edufma, 2010b.

DOURADO, Luiz Fernandes (coord.), OLIVEIRA, João Ferreira de, SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília: Inep, 2007.

DINO, Flávio. *Programa de Governo PCdoB-PSB-PPS*. São Luís: Coligação “O Maranhão é de todos nós”, 2010.

FAORO, Raymundo. *A democracia traída*. entrevistas. São Paulo: Globo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas-SP, vol.24, n.82, pp. 93-130,2003.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GOMES, Ilse. Poder política e reforma do Estado no contexto do neoliberalismo: análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990. *R. Pol. públ.*, São Luís, v. 10, n. 2, p. 45-59, jul./dez. 2006.

GUILHON, Dennise Andressa Rodrigues. *Reforma administrativa e cultura organizacional do setor público*: modelo de reforma administrativa implantado no Estado do Maranhão (1995-1998) – um estudo de caso. São Luís: PPGE/CP/UEMA, 2001.

IPEA. *Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil período 2004-2009*. Comunicado da Presidência, n.º 70, Brasília, 2009.

JÚNIOR, Agripino Alves Luz. “*Viva Educação*”, *autonomia e emancipação?* A falsa revolução via TV no Maranhão. São Luís: Edufma, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas-SP, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007

LAGO, Jackson. *Diretrizes para o Plano de Governo do Maranhão 2011-2014*: democracia, prosperidade e desenvolvimento. São Luís: Coligação “O Povo é Maior”, 2010.

LINHARES, Célia; LEITE, Maria de Jesus Gaspar (orgs.). *Alfabetização educadora de jovens, adultos e idosos maranhenses*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo. *A política educacional e o direito à educação infantil em São Luís – Maranhão (1996-2006)*. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MARANHÃO (Estado). *Constituição Estadual*, 1989.

MARANHÃO (Estado). *Secretaria de Educação. Relatório de Gestão 2007-2008*. São Luís: SEPLAN, 2009.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Planejamento e Orçamento. *Planejamento Estratégico Governamental: Maranhão Democrático e Solidário*. São Luís: SEPLAN, 2008.

MARANHÃO (Estado). Assessoria Especial do Governador. *Maranhão Alfabetizado: educação alfabetizadora de jovens, adultos e idosos*. São Luís: AEG, 2010.

MELO, Adriana Almeida Sales de. *A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina - Brasil e Venezuela*. Maceió: EDUFAL, 2004.

OLIVEIRA, José Augusto Silva. *Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação: a inserção da UEMA no SIEPE*. São Luís: Uema, 2008.

PALHANO, Raimundo Nonato. *Cenário da Educação Básica maranhense 2008-2017. Cadernos IMESC*. São Luís, V.2, IMESC, 2008.

PFLUEGER, Thereza. *Os desafios do processo pedagógico na sociedade atual*. São Luís: Uema, 2008.

RAPOSO, Conceição. *A educação maranhense no limiar do 3º milênio*. R. Pol. públ., v. 8, n. 1, p. 7-25, jan./jun. 2004.

REIS, Flávio. *Grupos oligárquicos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: Unigraf, 2007.

SARNEY, Roseana. *Propostas de Diretrizes para o Plano de Governo 2011 a 2014*. São Luís: Coligação “O Maranhão não pode parar”, 2010.

SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. *O partido da cortiça afundou? Uma análise da vitória oposicionista no Governo do Maranhão*. Achegas.net, v. 34, p. 63-71, 2007.

\_\_\_\_\_. *Desafios ao desenvolvimento do Maranhão no âmbito do planejamento público recente (2007-2009)*. *Cadernos de Pesquisa* - Universidade Federal do Maranhão, v. 17, p. 65-76, 2010.

\_\_\_\_\_. *Dados educacionais do Maranhão, comparados ao Brasil e Nordeste, baseados no Inep/MEC e IBGE: 2000-2010; 2007-2010; 2006-2010*. São Luís: Mimeo, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. *O planejamento educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche, ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. *Política e planejamento educacional*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

---

● **JHONATAN UELSON PEREIRA SOUSA** é mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas e em Formação Política e Políticas Públicas pela EFG/MA. É sócio fundador do Instituto Jackson Lago do qual é primeiro secretário.

E-mail: jhonatanlmada@yahoo.com.br

● **FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA LIMA** é doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará e docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: fransluma@uol.com.br

*Recebido em janeiro de 2012*

*Aprovado em maio de 2012*